

QUALIFICAÇÃO DE DOCENTES EM ENSINO SUPERIOR NA TEMÁTICA DA INCLUSÃO XII INIC / VIII EPG - UNIVAP 2008

Elizângela Carvalho¹, Ingrid Fontoura², Maira Gaspar Tosato³, Vanessa dos Santos Silva⁴

^{1,2,3,4} UNIVAP – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento IP&D
Av: Shishima Hifumi, 2911, Urbanova, São José dos Campos – SP

¹eliz_nasa@yahoo.com.br

²ingridfontoura@hotmail.com

³mgtosato@yahoo.com.br

⁴vanessa_fisio2@yahoo.com.br

Resumo – Há aproximadamente 20 anos, a inclusão de alunos portadores de deficiências vem sendo discutida. Durante muito tempo o foco dessa discussão foi a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, no entanto, o fato do Ensino Superior ser cada vez mais acessível levou ao questionamento sobre o caráter inclusivo da universidade. O movimento da educação inclusiva tem representado um desafio para a educação superior, além disso, a ausência de políticas públicas que promovam uma efetiva inclusão é uma evidência. O presente artigo tem o objetivo de discutir acerca da qualificação do docente no Ensino Superior na temática da inclusão, utilizando para isso levantamento bibliográfico através das palavras-chave: ensino superior, inclusão e docência. Foi possível observar que o processo inclusivo exige um redimensionamento na formação do professor universitário, exigindo um educador com ações pautadas não só em políticas públicas, mas também com uma prática reflexiva.

Palavras-chave: Ensino superior, Inclusão, Docência.

Área do Conhecimento: Ciências Humanas

Introdução

A necessidade de uma política de qualificação profissional em educação inclusiva tem gerado discussões entre políticos, educadores e educandos. A mudança na atual política inclusiva se faz necessária. Ressalta-se a importância da formação e capacitação do docente como meta principal a ser alcançada, pressupondo que docentes formados para o atendimento educacional de um perfil comum não estão preparados para lidar com a diversidade.

É inegável que as exigências são muitas e que não basta apenas o compromisso de alguns. A inclusão exige rupturas e a busca de alternativas viáveis, pois é certo que todos têm o direito de alcançar maiores índices de escolarização.

Este trabalho, tem como objetivo apresentar discussões acerca da qualificação do docente de ensino superior em uma inclusão efetiva.

Metodologia

A fim de coletar na literatura a respeito do tema, uma estratégia de busca foi realizada incluindo consultas em bases de dados eletrônicas tais como LILACS e SciELO; combinações de títulos para pesquisa foram usadas: inclusão,

inclusão e ensino superior, docência e inclusão. Além de checagem manual de revistas especializadas no tema. Foram escolhidas publicações entre os anos de 2004 e 2007.

Resultados

Inclusão

Entende-se por inclusão a garantia a todos do acesso contínuo ao espaço comum da vida em sociedade. Sociedade essa que deve estar orientada por relações de acolhimento à diversidade humana, de aceitação das diferenças individuais, de esforço coletivo na equiparação de oportunidades de desenvolvimento, com qualidade e em todas as dimensões da vida (PACHECO; COSTAS, 2005).

Há aproximadamente 20 anos, a inclusão de alunos portadores de deficiências, quer sejam elas físicas, mentais, múltiplas, sensoriais ou transtornos de comportamento, vem sendo discutida. Após a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994) a discussão ganhou força, visto que a proposta defende que “as crianças e jovens com necessidades educacionais especiais devem ter acesso às escolas regulares, que a elas devem se adequar...” No entanto, a inclusão não significa

apenas inserir o aluno dentro da classe, mas é necessário que a escola, como agente socializador, elabore um projeto político-pedagógico e organize sua estrutura de forma que a diversidade do aluno seja valorizada. Diversos estudos apontam para a melhoria e mudança na formação dos professores perante a fixação da educação inclusiva (GLAT; MACHADO; BRAUM, 2006).

Inclusão no Ensino Superior

Muito se tem discutido nas duas últimas décadas sobre integração/inclusão das pessoas consideradas deficientes no ensino regular, sendo que durante muito tempo o foco dessa discussão foi a Educação Infantil e o Ensino Fundamental. No entanto, o fato de que o Ensino Superior é cada vez mais acessível e a formação universitária cada vez mais essencial para o desenvolvimento profissional e a obtenção de um emprego melhor, leva ao questionamento sobre o caráter inclusivo da universidade (VARGAS, 2006).

A presença de pessoas com necessidades educacionais especiais no ensino superior é um novo desafio. O processo de construção de um espaço inclusivo na educação, qualquer que seja seu nível, não se dá por meio de uma padronização, ao contrário, é necessário que a inclusão se faça a partir da experiência e do reconhecimento das diferenças (MARIAN; DIAS; SEKKEL, 2007).

A integração do aluno portador de necessidades especiais no ensino superior é regulamentada pela Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências.

O movimento da educação inclusiva representa um desafio para a educação superior, além disso, a ausência de políticas públicas que promovam uma efetiva educação inclusiva é uma evidência. Portanto, implementar ações educativas junto a estudantes com necessidades educacionais especiais no ensino superior é uma questão de democracia e cidadania (CASTANHO; FREITAS, 2005).

O papel do docente

Para que seja possível acontecer a tão esperada inclusão na universidade é preciso que se tenha clareza dos fatores que estão envolvidos na relação desses alunos com a instituição. O processo inclusivo exige, dentre outros aspectos, um redimensionamento na formação do professor universitário, exigindo um educador com ações pautadas não só em políticas públicas, mas também com uma prática reflexiva (CASTANHO;

FREITAS, 2005; EIDELWEIN, 2005; VARGAS, 2006).

O processo ensino-aprendizagem ainda tem um caráter de transferência de informação e que requer para isso o uso de técnicas que servem de alicerce para esse tipo de prática. É difícil para o professor universitário pautar seu trabalho em um ensino significativo para seus alunos e se ver no processo como um mediador e aprendiz (VARGAS, 2006).

Embora, sejam notórios os avanços em relação às últimas décadas no que diz respeito aos direitos educacionais da pessoa com deficiência, ainda existe uma grande lacuna entre as diretrizes legais existentes e a efetivação do acesso e permanência dos alunos com necessidades educacionais especiais, principalmente na educação superior. A efetivação da inclusão educacional requer clareza sobre a própria condição da pessoa com deficiência, suas habilidades e fragilidades (ANDRADE; PACHECO; FARIAS, 2006).

No contexto atual torna-se, portanto, necessário refletir e problematizar a formação dos professores universitários. O desafio da formação de professores, de qualquer que seja o nível de ensino, é de fundamental importância a educação para as diferenças. A competência técnica não garante a condição de reconhecer e trabalhar com as diferenças em direção à emancipação, e não se pode perder de vista que todo conhecimento deve servir às finalidades humanas (MARIAN; DIAS; SEKKEL, 2007).

Faz-se essencial uma reflexão coletiva dos professores sobre a adaptação do currículo às necessidades desses alunos, bem como, a adaptação das instituições para oferecer uma estrutura, tanto física quanto pedagógica, mais adequada para que estes alunos possam ser acolhidos, ter suas necessidades específicas atendidas, e sentirem-se efetivamente sujeitos partícipes do processo educacional (ANDRADE; PACHECO; FARIAS, 2006).

A possibilidade de o professor contar com o apoio dos colegas e de outros profissionais, de repensar a estratégia de aula, de rever o plano de ensino e de contar com a participação dos alunos na resolução das questões específicas são de importância fundamental numa proposta educacional voltada para a inclusão. Mesmo considerando a especificidade das disciplinas, pode-se partir do pressuposto que todos os professores necessitam de um apoio institucional para realizar tais mudanças (MARIAN; DIAS; SEKKEL, 2007).

Ressaltam-se as dificuldades dos professores, quando estes têm em sua classe um aluno com deficiência. A atitude do professor é de suma importância para a permanência e a integração do aluno com deficiência. Nem sempre o professor tem uma predisposição favorável para trabalhar

com alunos deficientes (MARIAN; DIAS; SEKKEL, 2007).

Alguns professores assumem uma postura protetora e paternalista diante dos alunos com necessidades educacionais especiais; outros podem se aproximar e conhecer melhor suas limitações, enquanto outros ainda as ignoram (MARIAN; DIAS; SEKKEL, 2007).

Políticas de qualificação

A Universidade quase sempre foi reconhecida por abrigar os intelectos da sociedade. A inclusão de um aluno com necessidades especiais na Universidade não requer a banalização do ensino e a decadência dos padrões de exigência (RODRIGUES, 2004).

O estímulo à reflexão de conteúdos e as novas metodologias diante da diferenciação da prática docente pode maximizar a capacidade de alunos com ou sem deficiências identificadas. A prática de estratégias de ensino personalizado e realizações de projetos permitem considerar a capacidade individual do aluno (RODRIGUES, 2004).

O processo de inclusão requer medidas que facilitem e auxiliem a concretização desse processo, como: a formação continuada de professores, a produção e a adequação de recursos pedagógicos, assessoria psicopedagógica, adaptação do currículo, bem como a reflexão de todos os envolvidos no processo educativo. Torna-se necessário a criação de comissões ou núcleos na própria instituição responsáveis pelo desenvolvimento de ações que propiciem a inclusão (PACHECO, COSTAS, 2005).

Estudos demonstram que em algumas universidades do país já existe uma comissão específica em nível institucional, formada por uma equipe de profissionais especializados das áreas de Pedagogia, Psicologia, Fonoaudiologia e Psicopedagogia, para prover medidas que auxiliem no processo inclusivo, (PACHECO; COSTAS, 2005).

A primeira iniciativa por parte do MEC/SEESP com relação ao aluno com necessidades educacionais especiais no Ensino Superior partiu da Portaria nº1793/1994 que recomenda a inclusão da disciplina "Aspectos Ético-Político-Educacionais da Normalização e Integração da Pessoa Portadora de Necessidades Especiais", prioritariamente, nos cursos de Pedagogia, Psicologia e demais licenciaturas, e a inclusão de conteúdos relativos a essa disciplina em cursos da saúde, no curso de serviço social e nos demais cursos superiores, de acordo com suas especificidades. A portaria ainda recomenda a manutenção e expansão de cursos adicionais, de

graduação e de especialização nas diversas áreas da Educação Especial (MOREIRA, 2005).

Conclusão

Apesar do ingresso do aluno com necessidades educacionais especiais na universidade representar um avanço, ainda há muito trabalho a ser feito para que se concretize sua inclusão plena.

Aparatos legais, sem dúvida, são importantes e necessários para uma educação inclusiva no ensino superior brasileiro, porém, por si só não garantem a efetivação de políticas e programas inclusivos. Uma educação que prioriza a inclusão deve ter, necessariamente, investimentos em materiais pedagógicos, em qualificação de professores, em infra-estrutura adequada para ingresso, acesso e permanência do aluno deficiente e estar atenta a qualquer forma discriminatória.

A qualificação dos docentes necessita, para além de uma postura política de suporte e aceitação das diferenças, conhecimentos técnicos para saber trabalhar com aquelas relacionadas às necessidades educacionais especiais.

Referências

-ANDRADE, M.S.A; PACHECO, M.L.; FARIAS, S.S.P. Pessoas com deficiência rumo ao processo de inclusão na Educação Superior. **Revista Digital de Pesquisa Conquer da Faculdade São Francisco de Barreiras**, v. 1, 2006.

-CASTANHO, D.M; FREITAS, S.N. Inclusão e prática docente no ensino superior. **Revista Educação Especial**, n. 27, 2005.

-EIDELWEIN, M.P. Pedagogia voltada à formação de professores na temática da inclusão. **Revista Educação Especial**, n. 26, 2005.

-GLAT, R.; MACHADO, K.; BRAUM, P. Inclusão Escolar. Anais 11º Congresso Nacional da FENASP, p. 221-228, 2006.

-MARIAN, A. L; DIAS, Ferrari; SEKKEL, M. C. Educação Inclusiva no Ensino Superior: Um Novo Desafio; **Psicologia ciência e profissão**, n. 27 (4), p. 636-647, 2007.

-MEC. **Proesp promove a inclusão de alunos portadores de necessidades especiais**. http://portal.mec.gov.br/index2.php?option=com_content&do_pdf=1&id=6539. Acessado em 21/06/2006.

-MOREIRA, L. C. In(ex)clusão na universidade: o aluno com necessidades educacionais especiais

em questão, **Revista educação especial**, n. 25; 2005. Acessado em 01/04/2005
<http://coralx.ufsm.br/revce/ceesp/2005/01/a3.htm>

-PACHECO, R.V.; COSTAS, F.A.T. O processo de inclusão de acadêmicos com necessidades educacionais especiais na Universidade Federal de Santa Maria. **Revista educação especial**, n. 27, 2005.

-RODRIGUES, D.A. Inclusão na Universidade: limites e possibilidades da construção de uma Universidade Inclusiva. **Revista Educação Especial**, n. 23, 2004.

-VARGAS, G.M.S. A inclusão no ensino superior: a experiência da disciplina Prática Pedagógica. **Ponto de Vista**, Florianópolis, n. 8, p. 131-138, 2006.